



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 82ª
(OCTOGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A DATA LIMITE PARA O INGRESSO
NO 1º ANO DE ENSINO FUNDAMENTAL E O
REAJUSTE DAS MENSALIDADES PARA 2012,
DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 174, de 23/9/2011, juntamente com a ata sucinta da 82ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em virtude da aprovação do Requerimento nº 471, de 2011, transformo a presente sessão ordinária em comissão geral para discutir a data limite para o ingresso do 1º ano do ensino fundamental e o reajuste das mensalidades para 2012.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

A Presidência vai suspender a comissão geral por quinze minutos para a organização dos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h23min, a comissão geral é reaberta às 15h56min.)

(Assume a Presidência o Deputado Chico Leite.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Está reaberta a comissão geral.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta reunião destina-se a debater, segundo o Requerimento nº 471, de 2011, a data limite para o ingresso no 1º ano do ensino fundamental e o reajuste das mensalidades para 2012.

Convido as seguintes autoridades para compor a Mesa: o Sr. Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal, Professor Nilton Alves Ferreira; a Promotora de Justiça de Defesa da Educação, Dra. Maria Elda Fernandes Melo; aquele que, efetivamente, foi o proponente do debate, o Presidente da Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do Distrito Federal e também Coordenador da Confederação das Associações de Pais e Alunos, advogado, colega, Dr. Luís Cláudio Megiorin; o Diretor do Sindicato dos Professores das Entidades Particulares de Ensino – SINPROEP/DF, Professor Clayton Batista dos Santos. (Palmas.)

Boa tarde a todas e a todos. Quero dizer que o tema é de debate bastante oportuno, bem como agradecer a presença do colega Deputado Agaciel Maia, sempre presente aos debates mais relevantes, e do Dr. Juiz de Direito, Paulo Cerqueira Campos, da 1ª Vara Cível de Família de Brazlândia – seja bem-vindo a esta Casa do Povo.

Agradeço aos assessores e assessoras e peço que se faça o registro da justificativa de ausência da Professora Amábilis Pacios, Presidente do Sinepe, e da Professora Lia, do Conselheiro Francisco Cordão, do Conselho de Educação, que também envia a sua justificativa. Peço que faça constar em ata.

Na verdade, o nosso debate inclui alguns temas. Vamos notar que todos são de natureza transindividual, porque englobam a educação. A educação não é bem que pertença ao estudante, não é bem que pertença apenas aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, não é bem que pertença ao Estado, no caso da educação pública, ou ao proprietário da escola particular, no caso da educação privada, não é bem que pertença aos pais. Na realidade, é bem transindividual difuso. É bem jurídico que pertence até àqueles que nunca tiveram a oportunidade de passar por uma escola, mas que têm o direito de ver um mundo em que tenhamos, por exemplo, cientistas que descubram remédios para a cura de doenças até hoje incuráveis. Quem tem direito a isso tem também direito à educação. De



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

maneira que se trata de um direito que ultrapassa todo esse raio de fronteiras individuais.

E no rol, nós encontramos a segurança nas escolas, os últimos resultados do Enem, o *bullying*, os problemas diversos de infraestrutura, e essa decisão do Conselho de Educação relativa à data limite para o ingresso no 1º ano do ensino fundamental das nossas crianças, além do reajuste das mensalidades para 2012. Não há ano que não se debata um tema desta natureza.

Nós não podemos perder a oportunidade, é claro, de passar pela gestão democrática na educação e de avaliar na pauta o impacto financeiro que os aumentos trazem às famílias, ao Estado, enfim, a todos de alguma sorte envolvidos no problema. O nosso papel é provocar. É chamar ao debate. Este é o papel desta Casa que eu represento agora.

Deputado Agaciel Maia aqui presente, o Regimento Interno diz que os Parlamentares, em casos tais, têm sempre a prerrogativa da precedência. Se V.Exa. achar por bem, nós faríamos primeiro os pronunciamentos de cinco minutos daqueles diretamente envolvidos no tema, para depois fazermos o nosso, se assim for o entendimento de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Presidente Deputado Chico Leite, eu concordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu agradeço a compreensão de V.Exa. Eu acho que é mais ponderado, porque quem entende do tema é que vai falar sobre ele.

O Professor Nilton Alves Ferreira, Presidente do Conselho Nacional de Educação do Distrito Federal, já havia dito à nossa assessoria que tem um compromisso ainda nesta tarde. Quero, inclusive, agradecer a V.Exa. pela presença e pela consideração.

Em razão disso, peço licença aos colegas da Mesa e à colega para passar a palavra a S.Exa., Professor Nilton, que terá, segundo o Regimento Interno, cinco minutos para fazer a sua manifestação. É claro que não ficaremos como um bedel cobrando o resíduo do tempo, mas se todos, por evidente, puderem cumprir, nós vamos ter a oportunidade de alcançar todos os tempos.

Com a palavra o Professor Nilton Alves Ferreira.

SR. NILTON ALVES FERREIRA – Boa tarde a todos.

Deputado Chico Leite, é um prazer estar aqui compondo esta Mesa. Já que o tempo é curto, cumprimento a todos em seu nome.

A questão posta é a idade limite para matrícula. Primeiro, eu quero falar do Conselho de Educação: é um órgão de governo que se reúne todas as terças-feiras à tarde no anexo do Palácio do Buriti. A idade limite de matrícula não é o problema atual, porque tinha de ter uma idade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Imaginem, Deputados, se nós não estipulássemos neste País um critério para que o aluno ingressasse no ensino fundamental, iria ser uma bagunça! Então, foi definida uma data, mas antes não era. Brasília passou muitas décadas adotando a idade de 30 de junho, mas veio o advento do ensino fundamental de nove anos, que vocês devem conhecer, por meio da Lei nº 11.274, mas essa lei não estabeleceu uma data limite. Então, no Brasil inteiro, os conselhos estaduais e municipais normatizaram cada um uma data diferente, à revelia. E então começou a acontecer um problema sério, para respaldar o que estou dizendo, que tinha de ter uma data. No pouco tempo que ficamos sem a data, tivemos problemas sérios, porque o aluno circula o Brasil inteiro, com a globalização, com a internet, parece que as pessoas estão acompanhando isso com um ritmo muito grande. Assim, tem de ter critério na educação.

O Conselho Nacional de Educação, vivenciando essa problemática, bateu o martelo e decidiu: será 31 de março do ano em que o aluno efetuar a matrícula a data limite.

Antes não era. Minas Gerais normatizou 30 de abril; o DF, 30 de junho; São Paulo, começo de fevereiro. Porque a lei dizia "início de ano letivo". Ora, tinha de dizer um dia, uma data. Agora, por que foi escolhido 31 de março? Porque o censo escolar brasileiro já adotava essa data para quantificar os alunos inscritos no ensino fundamental, no ensino médio, na educação infantil, quantos foram reprovados aqui e acolá; então, para manter uma coerência de uma data já conhecida, normatizou-se que 31 de março seria a idade limite.

Como é que isso funciona? O aluno que nasceu até o dia 31 de março, ele ganhou o ano, entre aspas, em que nasceu. Ele pode ingressar, por exemplo, no primeiro ano do ensino fundamental. Sendo mais claro: se o aluno completou seis anos de idade até 31 de março, ele pode entrar no ensino fundamental; se ele completou em 1º de abril, ele vai ter de esperar o ano seguinte para ingressar no ensino fundamental, podendo, claro, matricular-se na pré-escola, na educação infantil, no chamado Jardim II.

Aí o pai – pai é pai, mãe é mãe –, que sempre quer o seu filho cada vez mais aligeirado na educação, fica muito chateado, porque "ah, meu filho nasceu em cinco de abril, por causa de cinco dias eu não posso ascendê-lo ao ensino fundamental, eu tenho de mantê-lo no Jardim II, na educação infantil?" Então, é complicado.

Mas viu, Deputado, há outro problema que deve chamar a atenção de todos, agora nesse período. Por quê? Porque está para iniciar o período de renovação de matrícula ou de matrícula nova para 2012. Era muito bom se o Conselheiro Francisco Cordão, como foi convidado, estivesse aqui, porque a resolução do Conselho Nacional estabeleceu o seguinte: que para a escola renovar a matrícula de um aluno que está estudando, se ele não tiver estudado em 2010 também, ou seja, se o aluno estiver ingressado em 2011, neste ano, mas se a escola não observou a data em que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

ele vai completar seis anos e se essa data ultrapassar 31 de março de 2012, ele não vai poder entrar, vai ficar parado na educação infantil ou no Jardim II mais um ano. Aí vem todo um questionamento dos pais: "Poxa, vamos ter que pagar mais um ano de escola particular? Meu filho vai ver tudo de novo?". Aí vem a separação. O sistema é único. O sistema de ensino do DF é único. Ele congrega a educação pública e a rede privada – e não particular. O pessoal confunde com particular, mas a rede é privada. Todos nós somos públicos, mas a rede é privada.

A rede privada tem condições de fazer um conteúdo diversificado, num horário especial ou não, porque capta recursos financeiros oriundos de mensalidades, e de atender melhor o aluno. Mas e o aluno da escola pública? A rede pública não tem condição de fazer atividades diferenciadas. Como é que fica, diante da sociedade, um aluno poder ter um tratamento melhor porque a escola particular pode ter um currículo diversificado – e isso gera custos – e a pública não? Então, é uma situação muito complicada. Eu, como Presidente do Conselho de Educação do DF, até já dei entrevista no *Correio Braziliense* há uns vinte dias e me coloquei contra. Acho que todos os alunos que estão estudando hoje na escola, na educação infantil, mesmo que completem a idade de 6 anos depois de 31 de março, em abril, maio, junho, devem ascender ao ensino fundamental. Mas, infelizmente, como Conselho de Educação, a norma existe para ser cumprida. Com a norma que está aí, esses alunos serão retidos no último ano da educação infantil, porque as escolas não planejaram a matrícula no ano passado e aceitaram daqueles que faziam os 4 ou 5 anos até 31. Agora o problema se repercute.

Então, realmente, é um problema que vai trazer transtornos à comunidade. E tem muita gente que não se alertou a ele, porque não é chegada a hora. A renovação começa em outubro, novembro. Então, temos que repensar melhor essa questão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, professor Nilton.

Eu gostaria de justificar a ausência do Deputado Raad Massouh, que está sempre presente nos debates. Quero que se registre a sua justificativa.

Concedo a palavra ao Sr. Luís Cláudio Megiorin, Presidente da Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do Distrito Federal.

SR. LUÍS CLÁUDIO MEGIORIN – Muito obrigado, Deputado Chico Leite. Eu gostaria de saudar V.Exa.; a ilustre membro do Ministério Público, Dra. Maria Elda, da Proeduc; o Sr. Clayton Batista, do Sinproep; e o professor Nilton Alves, do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Deputado Chico Leite, que sabe da nossa luta há uns dois anos tentando formar uma instituição como a que formamos agora, a ASPA-DF – Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Distrito Federal. O Deputado Chico Leite muito nos apoiou e incentivou nessa empreitada, juntamente com o Promotor de Justiça do Prodecon, Dr. Paulo Binichski. Também tivemos apoio do Sinproep. Então, a Confederação Nacional das Associações de Pais, ouvindo os anseios dos pais do Distrito Federal e relatos de tantos problemas que estão acontecendo na nossa educação, resolveu nos apoiar. Como eu sou coordenador, a confederação instalou a Associação de Pais do Distrito Federal.

Nós sabemos que a educação do Distrito Federal não está assim tão boa como alguns tentam colocar. Infelizmente, nós temos tido problemas seriíssimos de educação aqui. Se eu falar da qualidade, eu tenho dados para informar que causaram grande preocupação com o Fenap e a ASPA-DF, que são os dados levantados pelo último Enem. Eu tenho que parabenizar o Governo atual, que está trazendo luz e transparência e se expondo, expondo suas próprias fraquezas, mas está tentando trazer transparência. É claro que não agrada todo o mundo.

Então, temos tido problemas no Distrito Federal com as escolas privadas. Sobre as escolas públicas, não vamos tratar neste momento, porque é um caso à parte. Estamos tendo problemas de ordem pedagógica, de projetos pedagógicos equivocados, problemas de aumentos abusivos, que vêm de algumas datas, problema de superlotação de sala de aula. Há turminha de 1º ano do ensino fundamental com 30 ou mais alunos. Eu não sei se os senhores estão sabendo que há um projeto de lei da Câmara dos Deputados que já foi aprovado e que está tramitando no Senado Federal para diminuir para 25 alunos no ensino fundamental I até o ensino fundamental II, o início; depois, até o ensino médio, somente 35 alunos. Mas, aqui, o Sinproep sabe que essa não é a realidade. Todos estão tentando maximizar seus lucros.

Nós estamos, então, em 4º lugar no *ranking* de qualidade da escola nacional. Isso não é uma posição muito boa para Brasília. Nós temos problemas, como o Deputado Chico Leite já falou, de segurança nas escolas, problemas seriíssimos. Nós tivemos, em 2010, numa escola da Asa Sul, a morte de uma menina de dois anos, uma menina que foi esperada por 15 anos, filha única. Também, neste ano, um menino foi eletrocutado numa escola de primeira linha. Ele ficou com sequelas nas mãozinhas na frente de sua turminha. As pessoas viram. Houve relatos de que estavam pegando fogo as mãos daquele menino. Todas são escolas de primeira linha, escolas privadas. Na semana passada, para não dizerem que só estamos falando das escolas privadas, um menino morreu numa escola do Paranoá, um menino ou uma menina – perdão, eu não tenho esses dados. Eu sei que um menino especial morreu eletrocutado dentro da escola. Se isso não for suficiente para tomarmos atitudes e cuidarmos da educação, eu não sei, vamos precisar de mais o quê?

Nós somos a classe social que arca com os dois sistemas de ensino: o público e o privado. Não usufruímos do público, apesar de que gostaríamos que os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

nossos filhos estivessem na escola pública. Espero que, um dia, meus netos ou filhos dos meus netos tenham opção de estudar numa boa escola publica. Eu acredito que estamos caminhando para isso.

Então, não podemos chamar esses casos de fatalidade. Fatalidade é aquilo que não se pode prevenir, evitar. Isso é caso de negligência. Os pais querem seus filhos no final do dia com sua integridade física e moral intactas. Isso é o que queremos. A escola, na ausência dos pais, é a guardiã dessa integridade física e moral. E nós lutaremos por isso.

Há a questão do *bullying*, que já foi mencionado. Não vou tecer maiores comentários, mas só um dado importante: Brasília está em primeiro lugar no *ranking* nacional de *bullying*, e a maior incidência dessa prática nefasta de violência ocorre nas escolas privadas. Esse dado é do IBGE de 2010, Deputado. Então, não podemos parar. Nós precisamos continuar.

Agora, o Estado vem criando mais embaraços. Primeiro, foi a norma do Conselho de Educação do Distrito Federal que, na prática, acabou com o avanço no 3º ano do ensino médio, pois, ao exigir que o aluno tenha 18 anos completos e 75% da carga horária efetiva, isso vai dar lá para final de setembro. Então, é inócua a norma, e nós vamos lutar também com essa norma. Eu quero pedir à gestão desta Casa, do Deputado, para que na nova reformulação do conselho nós possamos colocar assento dos pais naquele conselho. Isso tudo está acontecendo porque os pais não têm assento — os senhores e as senhoras não sabem — nem no Conselho Nacional, nem no Conselho do Distrito Federal, nem nos Estaduais. Nós vamos reivindicar assentos, nós queremos estar ali para não sermos surpreendidos com normas polêmicas como essas.

Agora, nós temos a norma do Conselho Nacional de Educação, que foi muito bem explanada aqui pelo professor. Uma norma não pode retroagir no tempo para prejudicar ninguém. O avanço em todos os níveis de ensino é preconizado pela Constituição e pela própria LDB. Essa norma não atinge somente as crianças que vão fazer 6 anos. Os pais estão nos ligando preocupados porque foram matricular seus filhos em 2010 no Jardim I e agora estão indo para o Jardim II, e a escola veio falar que eles terão que fazer um Jardim II Fase II. Essa criança será retida mais um ano na escola. Concordo com o Professor Nilton no sentido de que temos que estabelecer uma regra clara, mas o que a associação está fazendo é brigar pelos direitos dessas crianças que já estavam em curso na sua formação educacional. E conto isso desde 2008. Nós entendemos que o avanço e o progresso dessas crianças devem acontecer enquanto a última criança que foi aceita sobre a norma antiga, ou seja, com a data de 31 de junho, entre efetivamente para o primeiro ano. É isso o que vamos buscar na Justiça. Essa transição deve ser um pouco mais alongada.

Entendemos que a responsabilidade recai sobre a escola, porque segundo tem sido falado, em 2010, as escolas não poderiam ter aceitado mais crianças que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

fizessem aniversário após 31 de março. Nós entendemos que essas escolas têm responsabilidade, que elas vão responder à luz do Código de Defesa do Consumidor porque elas aceitaram e têm que dividir essa responsabilidade e despesa com os pais. Os pais não podem arcar com esse prejuízo.

Outro assunto que iremos tratar aqui é sobre aumento de mensalidade. Parece que as escolas têm predileção por dois dígitos nos seus percentuais de aumento. Não se justificam de forma alguma esses aumentos exacerbados. De 2008 para 2009, acompanhamos um procedimento no Ministério Público com o Dr. Paulo Binichski em que várias escolas chegaram a praticar índices superiores a 20% de aumento. Parece que a partir de então as escolas deram uma acalmada.

Por que isso ocorre? Pedir planilha não adianta. Eu já andei olhando a planilha. Eu não entendo nada. Aquelas planilhas foram feitas, são confeccionadas para não serem entendidas. O próprio Ministério Público manda sempre para a perícia e pede mais e mais documentos. Nós entendemos que existe um sigilo que deve ser resguardado, que é da iniciativa pública, não é? Mas existe algo estranho, escondido, que os pais não podem saber.

As escolas públicas já falaram que não aceitam gestão democrática na escola. Isso eu estou ouvindo no Fórum Nacional de Educação, nas reuniões de que participamos. E a Confenen, que é a confederação das entidades privadas, não aceita, é veementemente contra qualquer tipo de gestão democrática na escola. A Aspa/DF vai usar de sua prerrogativa que versa na Lei nº 9.870, de 1999, de que, quando houver 20% de pais representantes daquela escola, nós poderemos entrar e negociar com a escola.

Senhores e senhoras, nós agradecemos a atenção e pedimos, mais uma vez, como forma de encaminhamento do Deputado, que nessa nova reformulação do projeto de lei que está sendo encaminhado para esta Casa, que altera o Conselho de Educação e também institui o Fórum Distrital de Educação, que os pais tenham um assento, que a confederação possa indicar a associação, no caso a Aspa, para que tenha assento nesses fóruns, nesse conselho, para que os pais sejam mais bem representados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Quero agradecer ao Dr. Luís Cláudio Megiorin e quero anunciar a presença do Sr. Rodrigo Pereira de Paula, Presidente do Sinproep; da Karina Barbosa, da Diretoria do Sinproep; do Dr. Frederico Raposo, advogado da Aspa; da Sávila Gonçalves, mãe de estudante; da Cristiane Rodrigues; da Sueli Alexandre; do Fernando Moulin; do Ricardo Marra, Vice-Presidente da Aspa; enfim, de todas aquelas pessoas que têm concorrido para que façamos o debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Eu vou passar a palavra agora ao próximo debatedor. Eu só pediria que nós, mais ou menos, tentássemos para que houvesse possibilidade de réplicas e, inclusive, de terminar com um encaminhamento.

Concedo a palavra ao professor Clayton Batista dos Santos, Diretor do Sinproep, que aqui representa a categoria.

SR. CLAYTON BATISTA DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Queremos agradecer ao Deputado Chico Leite pela iniciativa valorosa, porque todas as vezes que falamos de educação o tema não se esgota, e nesta Casa do povo educação necessariamente deve ser um tema obrigatório. Também em seu nome, Deputado, quero cumprimentar toda a Mesa e traçar aqui umas ideias que possam ser alimentadas, que possam ser refletidas, em relação ao tema que foi colocado, não só o do aumento, como já bem esboçado, mas também o do professor, que é aquele que nos tange.

Quando a gente fala de educação infantil, quando a gente fala de educação básica como um todo, a gente esquece o papel fundamental do professor. Eu aqui estava olhando o plenário e por felicidade identifiquei um ex-aluno e ex-colegas de trabalho na área de educação. Aqui, todos passaram pelas mãos de professores, e muitos de nós passamos por mãos de professores de educação infantil. O ramo da educação infantil, que é a base, a LDB fala sobre isso, não trata do professor como sendo elemento da base.

Nós temos aqui uns dados do sindicato. Eu acho que já deve ser conhecida pelo próprio Conselho de Educação do Distrito Federal e pela Aspa/DF a relação que existe hoje entre o professor do ensino infantil, do professor da educação básica como um todo e essa desvalorização, Deputado. Por exemplo, nós temos o professor de educação infantil, que hoje ganha em média R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos). Não, nós tivemos um aumento para R\$ 5,68 (cinco reais e sessenta e oito centavos) a hora/aula para trabalhar com a criança. O senhor falou do aumento, dos números de 20% e da planilha, mas também no sindicato levamos isso e questionamos. Eu estou falando do professor de educação infantil, porque antes lá na minha época, há um tempo, havia o Ensino Normal. Vocês já ouviram falar do Ensino Normal, não? Alguns já participaram ouvindo isso aí, é uma escola interessante. Falavam que a normalista antigamente saía cheia de livros, de cadernos. Geralmente ela era estereotipada como uma pessoa muito dedicada à infância, e realmente o é. Aquele amor, aquela dedicação construiu uma educação diferenciada no Brasil. Só que, com a nova LDB, o curso normal perdeu a importância, a ascendência que tinha, oferecendo-se, agora, o curso superior de Pedagogia nas séries iniciais, o direito de se trabalhar com essa criança. O sindicato, inclusive, falou da importância da volta do curso normal. Temos, na educação infantil, Deputado, algumas mães de família que cuidam da família e que também dedicam o seu tempo para cuidar dessas crianças de 2, 3, 4, 5 anos, já trabalhando essa fase – o conselho entende isso muito bem, mas, muitas vezes, ela não é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

reconhecida pela escola e não tem o incentivo de que ela precisa. O sindicato também observa isto, a valorização dessa profissional.

Então, quando falamos de Sinep, da classe patronal, também observamos que não há preocupação em atender aquilo que foi previsto em lei. Essa professora tem quantos alunos em sala de aula? Não são 25, não. Não são 30 em alguns casos. Chega a ser 40. Por mais que se desfaça e se coloque um número menor, ela chega a atender 40. “Não, ela tem uma estagiária que auxilia”. Nosso colega falou muito bem do problema da segurança, que foi elencado aqui, já foi comentado. “Era para ter um estagiário junto àquela criança, um professor”. Mas não havia, porque não se melhora a qualidade de trabalho do professor. Aumenta-se a quantidade de crianças na escola, mas não se melhora a qualidade do trabalho do professor. E se exige desse professor uma qualificação que ele não possui. Ele não foi treinado para isso.

Temos, então, esta ponderação a fazer em relação à classe patronal, ao próprio Conselho de Educação do Distrito Federal e até ao próprio conselho em nível nacional: se há uma fiscalização disso. O sindicato faz, o sindicato denuncia. O sindicato vai de porta em porta, para ver essas coisas. Escola que, muitas das vezes, não tem nem o credenciamento, Srs. Deputados. Não tem nem o credenciamento mínimo. Lá, ela está trabalhando com vinte crianças na alfabetização e na educação infantil como um todo. É nossa tarefa denunciar. Não temos poder de polícia, mas temos o poder de denúncia. É para isso que estamos lá. Fazemos, junto com a Aspa, essa parceria, porque os pais estão querendo qualidade e atendimento aos filhos dentro das diversas normas que estão surgindo.

Uma da idade: 31 de março. A criança está com 5 anos e vai agora para o 6º ano. Está dentro. E a criança que não está dentro, o que faz? Vai fazer 6 anos no mês de abril. Isso já foi discutido aqui, pelo professor Newton. Mas o que fazer? Quais são as saídas? Há alguma proposta? Então, vamos chamar os atores para conversar. Se existe uma norma, os atores ligados a esse processo têm que ser chamados. Sempre temos feito normas e, depois, vemos os reflexos delas. Sempre estabelecemos uma determinada lei – o Deputado aqui sabe disto, porque trabalha na Casa – e, depois, o povo vai reclamar. Vamos conversar sobre o que está errado. O processo está sendo contrário. Temos que chamar primeiro à conversa, ao diálogo. A Aspa está aqui; os pais são os mais interessados nisso, porque a criança de 4, 5, 6 anos não tem a capacidade de defender os seus direitos. Os pais estão aí, são os responsáveis. Nós, do sindicato, estamos olhando o problema e o papel do professor. E, aí, os donos de escola. Por que não chamar os atores, discutir e depois estabelecer as normas? Que mal há nisso? O que impede isso? Que eu saiba, nada. A Constituição, pelo contrário, é cidadã, é democrática e diz isso.

Bom seria se pudéssemos ter muitos plebiscitos no Brasil para falar determinadas coisas e discutir muitos temas, mas ainda não é o momento. Creio que não é o momento. Para não me delongar – a Aspa sabe disto, tem consciência disto, mas os senhores pais que aqui estão ou que vão falar em nome deles –, o sindicato



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

luta para, todas as vezes em que há um aumento de mensalidade – já foi falado sobre a planilha –, saber desses dividendos. O meu querido Rodrigo de Paula está aí e representa, há muitos anos, a categoria. Estou vendo aqui a imagem dele, Deputado, em uma mesa de debates, para falar de aumento de salário dos professores, em que gastamos – o Rodrigo pode me corrigir –, em média, 8 reuniões para aumentar em torno de 50 centavos o salário. E não é exagero, porque isso está em ata. Foram 50 centavos. Depois subimos para 80 centavos e conseguimos um aumento, na categoria, de 1%, mais um abono. O aumento real foi de 1%. O INPC, que era direito assegurado, mais 1%. E há escolas, como foi dito, que aumentam 11%, 12%, 13%. Aumentam no início de janeiro e falam de reformulação, de renovação de pagamento de professor só no mês de março, abril, com um mês, dois meses de aplicação em conta, para esse dinheiro render. Estamos apoiando a causa. O sindicato está vigilante. As portas estão abertas e estamos com a Aspa para lutar a favor. E também vamos voltar a isto: um assento no conselho, para que possamos fazer antes e não depois.

Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Quero agradecer ao Professor Clayton as palavras.

Passarei a palavra à Dra. Maria Elda, pedindo a mesma compreensão e agradecendo imensamente a presença da promotora entre nós.

SRA. MARIA ELDA FERNANDES MELO – Sr. Deputado Chico Leite e sempre promotor de justiça, professor; presidente da associação; presidente do sindicato, estou aqui representando o Ministério Público, a Promotoria de Defesa da Educação. Eu gostaria de dizer que esse tema tem suscitado muitas discussões no Ministério Público e tem mostrado as graves consequências que eventualmente podem acontecer com um estabelecimento com essa alteração e com a implementação, para esse ano, da data de 31 de março.

O Presidente da Associação das Escolas Privadas já falou muito bem sobre a possibilidade que está sendo aventada, pelas escolas particulares, de retenção desses alunos, embora não sei se haja possibilidade. No ensino fundamental, não sei como seria. Mas o Ministério Público tem se debruçado sobre esse tema desde 2007. Inclusive, eu trouxe o procedimento. O Ministério Público enviou um ofício ao Conselho de Educação, sugerindo a manutenção da data de 30 de junho, mas, infelizmente, a data de 31 de março foi mantida.

Entre os problemas relatados aqui, o que nos motivou a participar desta audiência pública foi uma questão relativa às crianças menos favorecidas, as do ensino público, que não conseguiram ingressar no ensino infantil. Sabemos que, diferentemente do ensino fundamental, não é universal, não é obrigatório, e no Distrito Federal há uma carência muito grande de vagas para o ensino infantil. Nossa preocupação é exatamente com as crianças que não estão estudando, que vêm dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

seus lares e não poderão ingressar no ensino fundamental se fizerem aniversário depois do dia 31 de março.

Entendemos, na Promotoria, que há um prejuízo, sim. Essa fixação, essa antecipação da data de aniversário vai prejudicar e excluir um número grande de crianças, que são justamente aquelas que mais precisam e vêm de uma classe menos favorecida. Justamente por isso foram feitas assertivas, contatos, buscando tanto a manutenção do 30 de junho, quanto a criação de vagas no ensino infantil. Por quê? Porque, se a criança já vem estudando, naturalmente, ela ingressará no 1º ano do ensino fundamental. Agora, aquelas que permanecem em casa até a idade de 6 anos serão prejudicadas se não forem aceitas. Aquelas que fazem aniversário nesse intervalo de três meses, considerando a data anterior e a atual, que é 31 de março. Pareceu um pouco paradoxal a instituição do ensino fundamental de nove anos justamente para possibilitar que os alunos tenham mais convivência escolar, mais tempo de permanência na escola, uma melhor formação e, ao mesmo tempo, essa restrição da idade. Antecipando para 31 de março, muitas crianças entrarão no ensino médio com 15 anos. Então, no meu entendimento, na minha convicção, há um contrassenso entre essa antecipação da idade e o objetivo maior que foi visado com a criação dos nove anos de ensino fundamental.

Nesse contexto é que nós viemos até aqui. Para justamente angariar informações, saber das possibilidades, porque são muitas as discussões, muitos os problemas que estão acontecendo agora com essa nova sistemática. Principalmente porque não foi feito esse estudo, essa implantação a partir de 2008, não é verdade? A nova sistemática de matrícula na Secretaria de Educação, pois é... Então, isso tem gerado problemas assim, os mais variados.

Entendo que é um problema sério, urgente, mais ainda porque as matrículas começam agora em outubro.

Eu, como membro do Ministério Público, estou juntamente com minha outra colega debruçada sobre esse assunto. Já estamos pegando informações também junto à Secretaria, ao IBGE, para podermos, então, definir uma linha de ação, saber se já há uma proposta de alteração do Conselho, enfim, se essa situação vai permanecer, especificamente e prioritariamente quanto aos alunos da rede pública que não tiveram acesso à educação infantil em razão da ausência de vagas. Então, aqueles que vão se matricular pela primeira vez e fazem aniversário em abril vão ter que esperar um ano? Aí eles vão ficar mais um ano fora do ambiente escolar?

Essas são as minhas indagações porque esta questão da ausência de vagas do ensino infantil é notória aqui em Brasília. Inclusive, o Ministério Público assinou um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Planejamento, prevendo a construção de nove escolas em diferentes regiões administrativas. Justamente para construir escolas somente para educação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

infantil. Ainda que seja um número razoável, nove escolas, ainda assim, não vai atender a população. Muita criança ficará excluída.

Esse é o posicionamento do Ministério Público e queremos, então, pedir ao Conselho e ao nobre Deputado que realmente volte a sua atenção para aquelas crianças que não tiveram acesso à educação infantil e que serão penalizadas por não terem mais a possibilidade... Se nascerem depois de 31 de março, terão que esperar mais um ano para ingressar no ambiente escolar. A nossa preocupação maior é nesse sentido.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Dra. Maria Elda.

Quero anunciar a presença entre nós do Secretário de Comunicação do Sinproep, o companheiro professor Trajano Jardim. Seja bem-vindo entre nós.

Eu segurei aqui o Professor Nilton, que tem uma audiência às 17 horas. Então, estou causando um atraso, mas evidentemente por um fundamento extremamente nobre. É que eu acho que ele pode neste momento, Deputado Agaciel Maia, tirar uma série de dúvidas, aparar algumas arestas. Como o Código de Processo Civil, que estabelece o que o juiz deve fazer no início da audiência: fixar a controvérsia.

Talvez nos reste menos a discutir do que imaginamos. Então, é por isso que eu segurei o professor Nilton e eu queria que antes que passássemos ao debate central, seja dos que utilizarão da palavra na plateia, também do nobre Deputado Agaciel Maia, que tem sido compreensivo... Eu queria que o professor Nilton pudesse, antes da sua audiência, fazer alguns esclarecimentos. Professor Nilton, a palavra é de V.Exa.

SR. NILTON ALVES FERREIRA – Eu vou fazer alguns esclarecimentos e vou pedir desculpas para me ausentar logo depois. Adoraria presenciar essa discussão até o final porque ela é muito interessante, muito salutar.

Veja bem, professor Luís Claudio, há um equívoco na sua fala. O aluno que se matriculou em 2010, ele tem o prosseguimento de estudo garantido. Não há por que se preocupar. A Resolução nº 1, de 2009, do Conselho de Educação, garante isso ao aluno. O aluno que se matriculou vindo do lar em 2011... É aí que está o problema. Se a escola, ao matriculá-lo, não observou que ele fará 6 anos de idade, após 31 de março de 2012, ele ficará retido com a lei que está aí.

Eu quero esclarecer que um conselho de educação estadual ou distrital é um órgão normatizador. Ele normatiza em consonância com a legislação federal. A legislação que determinou a idade limite de matrícula, e também essa regra é federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Quando encontrei a primeira vez com o conselheiro-relator em Vila Velha, eu briguei com ele: “Como é que você me faz?”. Ele falou: “Eu não queria dar exceção nenhuma, eu não queria nem que fosse 2011 a exceção, eu queria é que já começasse esse ano.” Briguei com ele.

Vou estar agora com o Secretário, às 17 horas, vou colocar esse problema, está na minha pauta. Quero ver se faço gestão junto ao Conselho Nacional ou se, de alguma forma, o Conselho Estadual acha uma brecha para ver se resolve essa questão. É um problema que me preocupa mesmo, a mim como presidente, porque sou contra inclusive essa retenção do aluno.

Sobre a recomposição do Conselho, estou vendo a ânsia da associação chamada Aspa e também do Sinproep na composição. Veja bem, Deputado Chico Leite: para que nós tenhamos, no conselho, assento de representações ou de outras instituições que até hoje não o compõem, não precisa vir a esta Casa um projeto de lei. Se vocês olharem ao pé da letra a lei anterior aprovada nesta Casa, ela determina que os membros da sociedade civil sejam definidos a qualquer momento por um decreto do Governador. Ora, se o Secretário de Educação – também vou colocar isso para ele daqui a pouco – optar em colocar a Aspa com cadeira, com assento no Conselho de Educação, o Sinproep, o Sinepe, o Sinpro, estou totalmente a favor. Quem sou eu para ser contra? Vou só dizer a ele: “Secretário, não precisa o senhor enviar mensagem à Câmara Legislativa, porque na lei que essa Câmara aprovou não diz quais são, diz apenas a quantidade. O senhor faça um decreto e está valendo.” Eu como presidente estou empossando porque o decreto determina.

Em outra questão colocada, a promotora faz uma confusão com a idade. Vejam bem: quando tínhamos 30 de junho, ia muito pai no Conselho brigar e falava: “Poxa, meu filho nasceu em 1º de julho.” Se a data for 30 de setembro, vai ter quem nasceu em 1º de outubro. Não tem jeito. Há sempre os descontentes que nasceram quinze dias, um mês depois da data limite.

Então, a questão posta não é de quando é a data; tem que haver uma data. Imaginem a Secretaria de Educação, que formula políticas públicas. Vocês sabem que não temos vagas para todos infelizmente, não universalizamos as idades de três e de quatro anos sequer ainda. Se não houver critério, a própria sociedade reage criticando a falta de organização do sistema.

A questão está naquele aluno que estava estudando em 2010 e 2011 já matriculado. Uma lei não pode retroagir para prejudicar — até o Ficha Limpa vocês viram a discussão que deu, que pegou um aspecto mais político do que legalista —, não pode, esse princípio continua prevalecendo. Essa é a questão posta, temos que rever essa questão e sou a favor de rever essa questão. Por isso vou colocar esse assunto com o Secretário de Educação.

O Presidente da Aspa falou ainda da implantação do Fórum Distrital de Educação. Muitos Estados já implantaram o seu Fórum por decreto. Também não há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

necessidade de o Secretário ou de o Sr. Governador ocupar esta Casa para implantar o Fórum, que pode ser implantado por um decreto do Governador. Só para esclarecer essas questões.

Peço perdão por não poder continuar, terei que me ausentar. A discussão é muito boa, sei que haverá outras perguntas até ao Conselho de Educação. Quando recebi o convite, falei: "Chocou com um encontro que eu tinha, mas de 3 horas até 5 horas dá para ficar." Mas houve um pequeno atraso e acabou prejudicando.

Quero agradecer, Deputado, e dizer que o Conselho de Educação estará sempre à disposição de V.Exa. para quando convidado aqui estar presente e discutir qualquer questão de educação.

O Presidente da Aspa falou de uma questão interessante sobre os meninos entrarem na faculdade ainda cursando o ensino médio. Gente, eu chamo aquilo que estava acontecendo de uma pouca vergonha! Todos nós, desde alunos, sabemos que, para entrar no ensino superior, tem que se concluir o ensino médio, isso é lei federal. Existe uma exceção: o superdotado. Só que em Brasília a exceção virou regra. Passou no vestibular, pronto, era a senha para entrar na faculdade. Ano passado tivemos quase mil alunos dentro da UnB. Será que todo mundo tinha alta habilidade a partir de agora? Não, não tinha. A gente detectou falhas muito grandes no sistema, questões até de corrupção dentro do sistema, aluno passando em escola tal, escola tal, chegava à Secretaria de Educação, a pessoa que estava ali dava declaração. Não! Existia um artigo na resolução na época dizendo que em caso de alunos com alta habilidade – aqueles superdotados que vocês conhecem – tudo bem, mas não é porque passou no vestibular da UnB... Porque o vestibular da UnB não diplomacia ninguém, não certifica ninguém, não. O vestibular da UnB é uma prova importante, valiosa. Não é mais excepcional passar na UnB como era antigamente, não. Até por um processo elogioso daquela faculdade em descentralizar as suas vagas, abrindo polos em Planaltina, em Ceilândia, no Gama – em Ceilândia não abriu, mas está na iminência de abrir –, e também pelas vagas triplicadas que ela promoveu no campo mestre, colocando aulas no noturno, vespertino.

Então, havia, sim, uma série de ilegalidades de alunos ainda cursando o 3º ano do ensino médio entrando na UnB, contra a lei federal LDB, que é muito clara: para ingressar no ensino superior é preciso concluir o ensino médio. E nós, enquanto conselho de educação, na capital do País, não podemos permitir que ilegalidades ocorram, que tantos e tantos alunos, de repente, consigam ingressar. E um detalhe importante: aquele aluno que ingressava na faculdade, com dois anos e meio, estava tomando a vaga de um aluno que fez três anos de ensino médio, cumpriu o perfil que a faculdade e a lei exigiam, e de repente via a sua vaga suprimida por outro de dois anos e meio, ainda cursando. E para que esse aligeiramento? Não tem o porquê. Se vocês forem constatar a taxa alta de desistência no ensino superior, é por causa disso, o aluno entra com 17 anos, não sabe nem se é aquilo que ele quer – claro que tem exceções –, e depois desiste, tomando a vaga de outro. Mas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

independente de vagas e de tudo isso que eu falei, existe a lei, e lei é para ser cumprida; existe a exceção, que é para ser respeitada. E o Conselho de Educação, hoje, garante que seja cumprida a lei e que seja cumprida a exceção. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu quero agradecer ao Professor Nilton, e dizer que, evidentemente, enviaremos a suma da ata desta comissão geral para a Secretaria de Educação e para o Conselho, para as providências cabíveis. De maneira que esse será o encaminhamento, de maneira que esse debate continuará até que logremos êxito.

Eu queria convidar – sei que já o faço tardiamente – a dividir aqui conosco a direção dos trabalhos, o Deputado Agaciel Maia.

Deputado Agaciel Maia, com os agradecimentos de praxe e nossas homenagens por V.Exa. estar sempre participando dos debates mais relevantes desta Casa, concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Chico Leite, meu colega, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, quero parabenizar V.Exa. – são tantas vezes parabenizando V.Exa. – pelo espaço, pela cultura, pelo conhecimento de V.Exa. Não vou dizer que esta Casa é pequena para V.Exa., senão eu estaria rebaixando a Câmara Legislativa, mas de qualquer maneira V.Exa., em conhecimento, é um Deputado que todos admiramos. E a iniciativa desta comissão geral para discutir essa data limite para o ingresso no 1º ano do ensino fundamental é importante. Tão importante quanto esta Mesa que V.Exa. trouxe, apesar de o nosso Plenário não corresponder a um assunto tão significativo.

Quero cumprimentar o Presidente do Conselho de Educação – que acabou de sair; a Promotora de Justiça de Defesa da Educação, a Dra. Maria Elda Fernandes Melo; o Presidente da Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do Distrito Federal, Coordenador da Confederação das Associações de Pais e Alunos e advogado, Dr. Luís Claudio Megiorin; e o Diretor do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares do DF, Sr. Clayton Batista dos Santos.

Nós, brasileiros, aprendemos muitas nomenclaturas ultimamente na área da educação. Eu mesmo fiz o primário, o ginásio, o científico e depois a faculdade. Muita gente fala do ginásio ou do colegial, do 1º e do 2º grau, do ensino fundamental, do ensino médio. Mais recentemente, o jardim I para as crianças de 4 anos; o jardim II para as crianças de 5 anos; o jardim III para as crianças de 6 anos; e depois a 1ª série para as crianças de 7 anos. E sempre houve essa discussão sobre essas datas, se em junho, se em março ou o que seria mais adequado.

Eu acho, pela visão econômica, que o grande problema da educação brasileira talvez não esteja muito preso a esse aspecto de uma data para se entrar no ensino fundamental, mas principalmente na desigualdade que existe entre as pessoas que têm condições financeiras de colocar um filho no jardim de infância I ou II, e já para aprender inglês desde criança, e a grande maioria da população, que viu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

durante todos esses anos o serviço público ser sucateado. Na minha época, era o contrário, estudar na escola pública era exemplo do que acontece aqui com a UnB *versus* as universidades privadas. O orgulho era você ser do ensino público e não você ser das escolas privadas. Mas houve uma inversão e com isso uma grande deformação no ensino brasileiro. Deformação no sentido de que é muito desigual alguém que tem condições de cumprir toda essa fase pré-escolar de alguém que não tem; o aluno que tem condições financeiras de estar em uma boa escola particular de alguém que está em uma cidade satélite onde nem o prédio tem condições de comportar aquela escola, nem os professores têm condições de ministrarem aula sem salário, sem qualquer condição. É desumano, é desigual, e eu vejo isso com uma grande preocupação, porque falta decisão política.

A questão brasileira não é uma questão de gerenciamento. Gerenciamento, sim, às vezes, operacional. Mas é decisão política, porque sabemos que, quando há decisão política, nós conseguimos transformar. Nós estamos transpondo o rio São Francisco. Nós recentemente, aqui na Câmara, com a Copa do Mundo, vamos gastar aproximadamente um bilhão para construir um estádio de futebol a toque de caixa – e parabéns a Brasília que está fazendo tão rápido. Mas quando é para se construir o que é padrão, e por isso ficamos tentando inventar a roda. Sabemos que aí fora o sujeito vai trabalhar e deixa o filho na escola; e quando volta, pega esse aluno, depois esse aluno entra no ensino fundamental, e quando ele completa 14 anos é obrigado a fazer uma formação profissional. E quando chega aos 18 anos, esse aluno já é um profissional. Mas aqui, não. Politicamente nós inventamos todo tipo de mágica. Nós inventamos creche. Existe uma lei estabelecendo que, para uma quantidade x da população, tem de haver uma creche, mas não existe, essa lei não é cumprida. As decisões políticas são sempre favoráveis ao poder econômico, não ao poder mais carente. Às vezes, dá uma sensação de impotência, porque sabemos que sempre os projetos de interesse econômico têm prioridade.

Brasília, como a Capital federal, precisava tomar uma iniciativa; por mais que o Ministério Público se esforce em fazer recomendações, ele esbarra nas questões orçamentárias e financeiras.

Eu quero dizer aqui, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que a questão da educação no Distrito Federal depende de uma decisão política; se o Governador quiser, estabelece critérios ou recupera as escolas públicas que hoje estão todas sucateadas e com professores mal remunerados. Nós estamos criando uma espécie de panela de pressão com esse entorno de Brasília, onde o jovem vai, primeiro, para a escola, que não tem aula; depois, poderia estar em um curso profissionalizante, que é pouco, porque, se pegássemos 120 mil jovens de 14 a 18 anos e colocássemos para fazer um curso profissionalizante, esses jovens não estariam na vitrine da marginalidade, nem seriam assediados pelos traficantes nas praças públicas. Quantas concessionárias de automóveis, Deputado Chico Vigilante, temos em Brasília ganhando fortunas, e por que não fazer uma parceria com essas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

empresas para ensinarem esses 127 mil alunos que há nas escolas públicas a serem mecânicos, a serem pintores? E a nossa CEB? Quantos mil eletricitistas não poderiam ser treinados nesse estágio profissionalizante? Mas isso não é importante. Não é importante pagar um salário-mínimo para um aluno ter dignidade, mas o Governo paga R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) para cada preso na Papuda. Talvez seja mais inteligente pagar R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) para manter um preso na Papuda do que transformar um garoto de 14 anos em um profissional, um pai de família, um cidadão aos 18 anos.

Então, esses aspectos de interesses políticos é que estão matando! E nós não sabemos aonde vamos chegar! Porque até agora tudo bem, a era Lula foi uma época, pela conjuntura nacional – e não cabe a mim fazer essa análise sobre o problema do crescimento da China, a diminuição da atividade econômica dos Estados Unidos e da Europa –, em que o Brasil surgiu como uma oportunidade, e estamos crescendo durante esse período todo; mas nós precisávamos aproveitar essa fase das vacas gordas e fazer reformas estruturais.

É importante demais esse tema sobre o início, mas eu acho que nós precisamos também nos preocupar com esse exército, esse batalhão, esses milhares e milhares de pessoas. Há uma projeção de que Brasília só vai perder para o Rio e São Paulo, vai ser a terceira maior cidade no ano de 2020, e o que estamos vendo é o aumento da insegurança, em que as medidas corretivas vão ser muito mais caras do que as preventivas.

Então, quero parabenizar V.Exa. por essa comissão geral e dizer – e tenho alertado, tenho falado com o Governo – que existe no Distrito Federal um orçamento de, aproximadamente, 30 bilhões de reais. Ainda é, de longe, o melhor estado para se governar no Brasil! Temos a faca e o queijo na mão. Mas há necessidade de tomarmos a decisão política correta, porque o único aspecto que vejo em Brasília é o aspecto da decisão política, pois, se quiséssemos colocar a segurança e a educação, as principais políticas, bem como o transporte, nos eixos, era só determinar, porque o Governo tem maioria ampla nesta Câmara Legislativa; e a vontade política do Governo, nós temos atendido.

Portanto, quero parabenizar V.Exa. e dizer que não estamos perdendo a esperança, mas eu acho que em Brasília, como terceira maior cidade do Brasil, sem mudanças estruturais na área de educação, todas as demais políticas públicas – de transporte, de segurança – vão explodir, porque não tem como comportar um crescimento tão grande de Brasília e da área de entorno sem que façamos uma reestruturação nas políticas públicas que estão postas.

Agradeço a oportunidade mais uma vez. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado pela sempre elogiosa contribuição do Deputado Agaciel Maia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Há dois presentes na plateia que querem fazer uso da palavra e que já se inscreveram: o Juiz de Direito Paulo Cerqueira Campos e o Dr. Ricardo Marra, Vice-Presidente da ASPA – Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do Distrito Federal. Então, nesta ordem, vou conceder os cinco minutos regimentais, convidando o Dr. Paulo Cerqueira Campos a fazer uso da palavra.

Se V.Exa. desejar fazer uso da palavra de onde está, é perfeitamente possível.

SR. PAULO CERQUEIRA CAMPOS – Boa tarde a todos.

Agradeço pela acolhida e tomo a liberdade de cumprimentar a todos os senhores presentes e as autoridades na pessoa de V.Exa., Deputado Chico Leite.

A pergunta que eu tinha a fazer era ao Presidente do Conselho de Educação no Distrito Federal. Compreendo o motivo de sua ausência, mas a minha pergunta é a respeito do critério que tivesse sido utilizado para definir essa data de corte. Todos sabemos que a data limite é importante para manter a organização no sistema, mas eu gostaria muito de saber qual foi o critério utilizado para contemplar 31 de março. Vou ficar sem a resposta ou vou aguardar outra oportunidade, quem sabe, de estar presente e conversar com ele pessoalmente.

Agradeço mais uma vez pela oportunidade de estar aqui e pela acolhida. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Dr. Paulo.

Na verdade, Dr. Paulo, pelo que eu senti na narrativa do professor Nilton, ele contava a todos nós que uma unidade da Federação prevê que é fevereiro, outra prevê que é abril, outra mantém junho, de maneira que, segundo os levantamentos estatísticos, pelo que ele disse da unidade – parece-me também –, o problema não seria a data, mas as consequências relativas ao seu não cumprimento. E este é o objeto do debate.

Esta comissão geral, transformada em ata, será encaminhada à Secretaria de Educação e ao Conselho, cobrando deles, que são as entidades executivas e normativas, que tomem as providências que desejamos. É claro que a par desse embate há outros, como, por exemplo, o relativo à formação do Conselho, a composição pelas entidades, mas que seguirá certamente na ata. E de lá obteremos todas as respostas. Se for necessário, faremos uma nova comissão geral. Se for necessário também, o Deputado Agaciel Maia e eu também trataremos o tema a Plenário, em sessão ordinária, de sorte que a sociedade possa, de maneira plural, alcançar o que deseja.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Marra, Vice-Presidente da Aspa.

V.Exa. pode, daí mesmo, se assim lhe aprouver, fazer uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

SR. RICARDO MARRA – Obrigado, Deputado Chico Leite. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Nós conhecemos a sua trajetória e o seu dedicado trabalho em prol da educação, em prol da cultura, em prol do esporte. Sabemos da sua luta e queremos parabenizar o senhor e também as entidades presentes.

A minha colocação vai na direção de que não é exatamente a questão da data que é o problema, porque, se o Conselho Distrital da Educação definir 1º de janeiro ou fevereiro ou agosto, nós vamos continuar com essa dificuldade, pois os pais que vão estar com o problema em torno dessa data vão voltar aqui com ele. A questão não é se é março ou se é abril. A questão, a meu ver, tem dois eixos principais. O primeiro é a falta de debate. Isso que o colega do sindicato traz é importantíssimo. Na composição da decisão arbitrária do Conselho, questionamento que o colega juiz está trazendo muito bem, qual é o critério? Qual critério o Conselho adotou? Parece-me, pela colocação do Presidente, que foi uma questão arbitrária, de consenso, seguindo uma orientação federal de uma legislação superior. Mas a questão básica não é exatamente essa. A questão é: quais as entidades, ou quais os entes afetados pelas consequências da decisão irão ser envolvidos nela? Parece-me que nem a Aspa, nem o Sindicato e nenhuma outra entidade foi ouvida, não é?

Essa questão que é importante, porque não basta simplesmente nós propormos aqui a mudança da data para janeiro. A questão é essa: não houve debate. Estão empurrando goela abaixo, o Conselho Distrital de Educação está empurrando goela abaixo dos pais uma decisão com total falta de clareza.

Quando o nobre Presidente do Conselho observa a questão das crianças que vão ser prejudicadas, que estão em curso, isso também é questionável. Parece que há um distanciamento entre a realidade e as decisões de foro institucional.

Se observarmos as escolas, existem, sim, escolas que estão proibindo, estão retendo e obrigando os alunos a fazer o Jardim II novamente. Parece que há um desconhecimento, há uma desinformação. Quando o Conselho fala que “não, nós estamos defendendo a causa daqueles que têm direitos adquiridos, as crianças que estão em curso poderão se matricular, as escolas são obrigadas a fazer a matrícula”, parece que há um desconhecimento da realidade, porque lá na escola em que as minhas filhas estudam, mesmo, a gente sabe de caso em que crianças estão sendo impedidas da progressão.

Não quero aqui fazer acusação leviana, mas há um interesse econômico de se reter a criança no Jardim II, pois os pais se obrigam a pagar um ano a mais para escola. Economicamente, Deputado, isso é interessante. É interessante você ter uma população de alunos que foi retida por conta de uma obrigação legal e obrigar esses alunos... que não são um ou dois, como a Professora Clélia Brandão foi a público no debate da CBN na semana passada com o nosso Presidente e disse que a lei não é feita para casos pontuais. Não é questão de um caso pontual, existe uma população



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

enorme de pais sendo prejudicados, de alunos sendo prejudicados, que estão sendo compelidos a fazer o Jardim II novamente.

Não se trata também da escola ser capaz e ser plural de conseguir ter um conteúdo adequado para fazer uma apresentação ou um desenvolvimento de conteúdo diferente daquele que a criança já tinha feito. (Pausa.)

Só para concluir, eu gostaria de parabenizar o Ministério Público presente, porque somente com as instituições organizadas e articuladas é que nós vamos fazer que essa norma seja revista. A meu ver, como o doutor juiz destacou, nós precisamos ter conhecimento dos critérios e, principalmente, assegurar o direito adquirido das crianças que estão em curso.

As matrículas são anunciadas em outubro do ano anterior. Os pais fazem a matrícula, mas, só quando chegar março, é que a criança vai ser notificada de forma oficial que ela não pode progredir. Passa-se o mês de janeiro – no próprio calendário escolar das escolas particulares as aulas começam no mês de janeiro –, espera-se passar fevereiro inteiro, março inteiro, para poder coibir e restringir o acesso.

É só essa questão que precisa ser assegurada: o direito adquirido das crianças em curso, a norma ser válida para o ano seguinte e envolver as entidades no processo de debate. Caso contrário, mudança de data não vai resolver.

Muito obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Sr. Ricardo.

Concedo a palavra ao professor Rodrigo de Paula, Presidente do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares do DF.

SR. RICARDO DE PAULA – Boa tarde a todos e a todas. Quero mais uma vez parabenizar a iniciativa do professor e Deputado Chico Leite; a brilhante intervenção do Deputado Agaciel Maia; meu colega de sindicato, o professor Clayton; Maria Elda, do Ministério Público; e, em especial, o Presidente da Aspa – primeiro, pela iniciativa de fundar a Aspa e, segundo, pela competência, temos acompanhado nesses últimos dias que já iniciou com debates bastante interessantes.

Eu não poderia deixar de falar, primeiro, da questão do ingresso da criança na educação infantil. Eu acho que o Conselho de Educação errou, primeiro, por não discutir amplamente essa matéria com a sociedade; segundo, por restringir a autonomia das escolas no sentido do desenvolvimento de cada criança. Eu acho que tinha de ser dada autonomia para cada escola, por meio do seu projeto pedagógico, de avaliar, porque eu acho que não estamos lidando com uma máquina, estamos lidando com um ser humano. Alguns têm um desenvolvimento mais avançado, outros, não. Acho que essa resolução do Conselho Nacional de Educação foi um equívoco e deve ser, na minha opinião, revogada e aberta o debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Eu vim aqui mais especificamente, Deputado Chico Leite, para me ater um pouco ao segundo item da audiência pública, que é o reajuste de mensalidade; e, nesse sentido, lamentar a ausência do sindicato patronal. Embora, como o Deputado Agaciel Maia disse, o plenário estar vazio, isso tem um simbolismo, Chico, que você não tem ideia da dimensão.

Para vocês terem uma ideia, 40% da educação básica do Distrito Federal estão no setor privado de ensino. Esse setor, na verdade, é uma concessão do Estado, que não oferece uma educação pública de qualidade; e esse mesmo Estado não regulamenta essa concessão e deixa, na verdade, à mercê dos empresários da educação, a discussão da educação do setor privado, que vai tanto do ponto de vista do discurso da qualidade até a questão econômica.

Eu lamento muito, senhores, que 40% dos estudantes não fazem sequer ideia dos bastidores da escola particular. Agora, nas renovações de contrato, escolas reajustam em 20%, 25% a mensalidade. O sindicato patronal recomenda 12% de reajuste de mensalidade, e quem é, Chico, que fiscaliza se esse reajuste não está sendo abusivo? Enquanto professor do setor privado, digo para vocês com toda certeza que há cinco anos acompanhamos o reajuste de mensalidade e ele sempre é, em média, 100% superior ao reajuste da inflação; e os pais vêm reabsorvendo isso sem nenhum debate, com exceção do Chico, não é, Chico?

Diversas audiências fizemos. Inclusive, em uma delas, abrimos um processo lá na PRODECON – Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor –, que já constatou reajuste abusivo em mais de vinte instituições. Os pais vão pagando, absorvendo o discurso da qualidade. Então, eu acho que com a criação da Aspa, isso, minimamente, coloca o debate na ordem do dia.

Para vocês terem uma ideia, em 2012, Deputado Chico Leite, as escolas estão projetando, em média, reajustar as mensalidades em 12%. Isso em 1º de janeiro. A inflação do período, de acordo com o Dieese e com os institutos de pesquisas, vai girar em torno de 5,5%. Ou seja, mais uma vez, para o próximo ano, vão reajustar as mensalidades em média de 100% do reajuste da inflação, e a população vai aceitando, até mesmo sem essa interlocução, de forma tranquila.

Nós temos escolas, Deputado Chico Leite, que chegaram ao absurdo de reajustar as mensalidades em 25%. O senhor sabe quanto é a mensalidade nessa escola? Dois mil e quinhentos reais no ensino médio. E aí, quando falamos no debate sobre a educação, você fala: Poxa, uma escola que cobra R\$ 2.500,00 paga bem aos professores. Mas são justamente essas escolas que menos remuneram o professor, que menos dão condições de trabalho. Você tem lá o espaço físico: granito, espaço de excelência. Eu acho que a escola tem que ter. Mas, por trás disso, você tem uma massa de trabalhadores, de professores e auxiliares sendo mal remunerados, sendo explorados, dando de si o melhor possível para construir uma educação de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

qualidade. A educação particular do Distrito Federal é a melhor do Brasil, é a mais cara, mas é a melhor; porém, isso não corresponde do ponto de vista dos salários.

Então, o nosso sindicato vem com muita tranquilidade debater essa situação, pois no Distrito Federal nós temos reajuste abusivo de mensalidades. Eu acho que esta Casa tem que recomendar junto com a Aspa um projeto de lei. Nós temos uma lei federal que diz que cada escola, antes de reajustar as mensalidades, tem que apresentar as planilhas e fazer reunião com os pais. Mas eu não conheço nenhuma escola, das seiscentas escolas particulares, que faz isso, Deputado Chico Leite, porque o pai, às vezes, sofre para pagar as mensalidades, aceita daquela forma porque fica com medo e diz: "Ah, na escola particular, eu vou ficar com vergonha e tal". E o negócio vai indo, vai aumentando, os patrimônios vão aumentando, e a educação, cada vez mais, sendo elitizada. Eu acho um absurdo o Presidente do Conselho de Educação aprovar uma resolução. A escola particular, Deputado Chico Leite, sempre vende a imagem: "Não, nós somos os melhores porque nós aprovamos na UnB". Mas no dia em que o jovem do 3º ano do ensino médio, no meio do ano, passa na UnB, eles são contra. Por que são contra? Há uma contradição, se eles defendem a educação em prol do vestibular, eles são contra porque o aluno deixará de pagar seis meses de mensalidades. Isso precisa ser dito aqui para a sociedade.

O Conselho de Educação, Deputado Chico Leite... Quando o Sr. Nilton, que veio aqui, que é dono de escola particular – eu queria fazer esse debate com ele –, vem aqui defender, por exemplo, que o Conselho de Educação não tenha representação da sociedade é porque, durante muitos anos nesta cidade, o Conselho de Educação serviu de barganha política; 80% do Conselho de Educação é composto de donos de escolas particulares, que não defendem a escola pública, Doutora, não defendem a qualidade da educação. Duzentas escolas particulares hoje no Distrito Federal são clandestinas.

Eu disse, na semana passada, ao novo secretário de Educação que ele deveria recomendar ao Governador a imediata extinção de todos os membros do Conselho de Educação. E aí, Deputado Chico Leite, está vindo a esta Casa, na próxima semana, o projeto da gestão democrática, e nós temos que apontar na lei que o Conselho de Educação tem que ter a representação dos pais, da Aspa, dos alunos e do sindicato. Por quê? Para que a educação não fique sendo dirigida à mercê de situações políticas e à mercê de barganhas políticas.

Então, eu acho que essa situação tem que ser dita, e temos que apontar, sim, volto a repetir, que a rede particular é uma concessão do Estado. O Estado tem que intervir, e nós que somos do sindicato, Sr. Luís, das escolas particulares, defendemos como princípio a escola pública de qualidade. Por quê? Porque nós entendemos que cada escola pública de qualidade existente nesta cidade diminui a exploração, a mais-valia e a concepção apenas do lucro da escola particular. Por que o Sinepe não está aqui debatendo reajuste de mensalidade? Porque não tem argumento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Nós já comprovamos nesta Casa – o Deputado Chico Leite sabe muito bem – por planilhas. Nada justifica o reajuste de mensalidade superior à inflação. A inflação é para todo mundo. A inflação é para toda a sociedade. Por que aumentar as mensalidades o dobro da inflação?

Nesse sentido, eu quero parabenizar a iniciativa. Eu quero dizer que essa audiência, mesmo que não tenha esse significado, o nosso sindicato vai divulgar em todas as escolas e faculdades. Eu inclusive digo, Luís, que vocês deveriam fazer panfletos agora – e podem contar, se for o caso o sindicato paga a impressão desse panfleto – e distribuírem nas escolas para dizer que foi feita uma audiência pública de reajuste de mensalidade, que achamos que o que as escolas estão propondo não se justifica, que os pais têm que se organizar dentro de cada escola e pedir a planilha, para que possamos a partir daí minimamente criar o sentimento de consumidores. Infelizmente, a educação do setor privado hoje do Distrito Federal tem sido vista como mera mercadoria, e não como processo de construção de uma educação em que possamos formar os nossos jovens e cidadãos.

Então, Luís, eu queria dizer para você que o nosso sindicato vê com excelentes olhos a fundação e a organização de vocês da Aspa. O Chico, que também foi um dos incentivadores da organização de vocês... A luta é desigual quando a gente fala de qualidade de educação *versus* a questão do lucro. Estamos à disposição. Iremos fazer outras audiências, como a escola clandestina, como a composição do Conselho de Educação. Na hora em que o projeto chegar aqui na Câmara, nós visitaremos gabinete por gabinete e vamos dizer que tem de também democratizar a educação no setor privado, porque o setor privado é uma concessão do Estado.

Muito obrigado. Sucesso e parabéns, Deputado Chico Leite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado ao Presidente Rodrigo de Paula.

Em realidade, nós precisamos aqui levar a efeito propostas. Eu pude verificar que a Resolução nº6, de 20 de outubro de 2010, especificamente em seu artigo 3º, que é objeto da controvérsia, de fato traz prejuízo aos pais cujos filhos completem 6 anos em data posterior a 31 de março. Quer dizer, se fosse em abril, maio, junho traria prejuízos dentro da mesma sorte, porque haverá sempre uma data sequencial. Não é possível que nós não tenhamos inteligência o suficiente para resolver o problema que cria a consequência da fixação dessa data.

Também pareceu-me que há indignação quanto à ausência da representação de entidades corporativas, de protagonistas no Conselho de Educação. Não pode haver democracia sem uma gestão em que se possam compartilhar decisões dessa natureza. Então, eu, especificamente quanto à resolução, podia reportar-me ao que mencionou o Dr. Ricardo, Vice-Presidente da Aspa, na sua sugestão. Mas eu queria,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

nesse particular, para ser objetivo na decisão final, o juízo é... Porque já fixou a controvérsia anteriormente, para não dar bom dia a cavalo, muito são os temas.

Então, eu queria propor o seguinte: primeiro, nós temos uma gama de temas que merecem audiências públicas ou comissões gerais que precisam ser objetos de debate nesta Casa. Mesmo o tema das mensalidades, mesmo se sabendo de outras ações que nós já implementamos há 8, 7, 6 anos, em que o sindicato patronal invoca a ausência de atribuição da Casa Legislativa para a matéria, sendo que se trata de matéria federal – atualmente nós enfrentamos esse tema –; mesmo nesse caso, nada impede que façamos essa discussão.

Eu quero, em preliminar, pedir à nossa assessoria que faça a anotação para que possamos debater, especificamente em audiência pública ou comissão geral, com os protagonistas que aqui estão, o reajuste das mensalidades, a segurança nas escolas, o tema do *bullying*, que já foi fartamente discutido por esta Casa, que tem sido objeto de estudo contínuo, inclusive muito especialmente pelo Ministério Público, que eu sei. Mas que hoje possamos sair daqui com duas propostas: a primeira, já condensada, aquela da sugestão ao Governo do Distrito Federal, através do Conselho de Educação, da Secretaria de Governo e da Secretaria de Educação, para que democratize a representatividade no Conselho. Essa me pareceu muito clara. A segunda, eu não vou, *sponte propria*, ousar sugerir. Eu vou voltar a palavra aos nossos palestrantes e pedir que eles, objetivamente, para podermos terminar essa sessão, façam uma proposta quanto ao art. 3º da resolução que mencionamos, a Resolução nº 06, de outubro de 2010. Pareceu-me que o professor Nilton, Presidente do Conselho, concorda com a nossa conclusão, ou seja, que o problema é a consequência da fixação da data, não apenas ela, mas a consequência. É disso que nós estamos tratando. Nós não queremos é que os estudantes, os pais, os destinatários desse serviço do Estado tenham prejuízo. É isso que nós não desejamos. Eu sei que o Ministério Público parece que mandou recomendação ou fez ofício nesse sentido ao Conselho ainda em 2007.

O que eu gostaria que fizéssemos agora? Eu vou começar pelo Presidente da Aspa, mas de maneira objetiva, especificamente sobre esse tema, que é o tema da comissão geral, porque os outros serão objeto de outras audiências ou comissões. Então, que sugestão podemos dar ao Governo do Distrito Federal a respeito deste art. 3º?

Concedo a palavra ao Presidente da Aspa, Sr. Luís Claudio Megiorin.

SR. LUÍS CLÁUDIO MEGIORIN – Sr. Presidente, Deputado Chico Leite, o professor Nilton falou que nós nos equivocamos. Não há equívoco nenhum. Nós lemos e interpretamos o § 3º da Resolução do Conselho do Distrito Federal, que peço permissão para ler. Ele diz assim: "Fica assegurado o direito de prosseguirem em seu percurso educacional, na pré-escola e no ensino fundamental, às crianças matriculadas até o início do ano letivo de 2010, independentemente do mês de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

aniversário”. Ora, é isso que nós estamos tentando esclarecer. A Resolução do Conselho do Distrito Federal regulamentou a excepcionalidade daquela norma do Conselho de Educação mais favorável aos pais. Aqui nós temos uma brecha. Mas, como o Dr. Ricardo falou, existe um distanciamento, parece que não se comunicam conselhos e escolas. As escolas não estão sabendo disso e, com medo de punições, estão temerosas de serem punidas e estão impedindo matrículas desses alunos. Algumas escolas, já estou sabendo, vão fazer o avanço normalmente dos alunos. Mas é isso que nós vamos buscar na Justiça. Então, o nosso encaminhamento aqui objetivo...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Perfeito.

SR. LUÍS CLÁUDIO MEGIORIN – Antes da justiça, como faríamos aqui? É que eu ia fazer para ele, falei que até ia me comunicar com ele...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Essa ata vai chegar ao Governo?

SR. LUÍS CLÁUDIO MEGIORIN – Sim, nós queremos que haja uma comunicação clara às escolas do Distrito Federal, às escolas privadas, no sentido de esclarecer o art. 3º da Resolução do Conselho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Observando o quê?

SR. LUÍS CLÁUDIO MEGIORIN – Observando e autorizando as escolas a procederem com a matrícula daqueles alunos que já estavam em curso. Aqui está falando antes de 2010. Então, não haveria mais necessidade de estarmos discutindo aqui. Estamos aqui discutindo alguma coisa que já está esclarecida na norma, mas as escolas não estão interpretando dessa forma, temerosas de punição ou com outros objetivos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Perfeito. Concedo a palavra ao Professor Clayton Batista dos Santos.

SR. CLAYTON BATISTA DOS SANTOS – Sr. Presidente, para ser bem objetivo – que é o que V.Exa. está querendo, para que possamos chegar a um termo –, para nós do sindicato é interessante revogar e chamar para discutir. São coisas específicas. Queremos isso: revogue, porque está dúbio, não estamos compreendendo, está gerando dualidade de interpretações. Queremos que o Conselho revogue e chame para discussão. Vai ficar bem claro o que o Luís disse. Eu gostaria que anexasse a ata. A prática está longe da teoria. O Conselho diz, mas não fiscaliza. Ele falou, e o sindicato pode verificar. Já há escola retendo, já há escola impedindo. Agora em outubro, começarão as matrículas.

Então, se o sindicato pode oferecer alguma ajuda nesse sentido, é a solicitação ao Conselho: revogue. Já houve um pedido do Ministério Público para rever, mas gostaríamos que revogasse e chamasse à baila a discussão; depois disso, relançasse a norma.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Concedo a palavra à Sra. Maria Elda Fernandes Melo, Promotora de Justiça.

SRA. MARIA ELDA FERNANDES MELO – Sr. Presidente, eu tenho uma visão um pouco diferente, porque o que está sendo muito discutido aqui e priorizado é se a criança será retida ou não, explicar às escolas como elas devem proceder. Eu acho que esse tema é a ponta do *iceberg*. O professor disse que eu tinha me confundido, mas, na realidade, essa diminuição da data de 30 de junho para 31 de março exclui os alunos mais carentes, menos favorecidos de um acesso à educação. Então, a indagação do Ministério Público é: por que houve efetivamente essa alteração da data? Por que as crianças que nasceram em 31 de junho... Não é questão cronológica, mas gostaríamos de saber: cientificamente, houve uma demonstração ou essa mudança de data atende ao interesse da administração? Porque essa norma, quando cotejada com a legislação que criou a educação fundamental de nove anos, é exclusiva, está impedindo o acesso de crianças. Então, ficou uma contradição: o Estado prevê o aumento do ensino fundamental, justamente para favorecer que a criança tenha mais oportunidade, tenha sociabilidade, tenha um melhor preparo para a vida escolar; ao mesmo tempo, o Conselho reduz a data de ingresso na escola. Então, na verdade, consideramos que a norma exclui muitas crianças que poderiam, mantida essa data de 31 de junho... Como ele mesmo falou, tem de ter uma data. Então, tem de ter uma data. Por que mudou? Por que reduziu? Quantas crianças nesse intervalo de abril a junho ficaram excluídas de um ambiente escolar? Então, agregada essa questão à falta de vagas no ensino infantil... Se a criança estivesse normalmente matriculada, ela iria progredir naturalmente, ela não seria prejudicada. Mesmo ela nascendo em abril ou maio, ela estaria no primeiro ano do ensino fundamental. Mas, como a maior parte dessas crianças não tem essa possibilidade, o número é muito pequeno na educação infantil, entendemos que é uma norma de exclusão, ela exclui muitas crianças. Então, queremos saber: qual é o critério? É científico ou é em razão de problemas da administração ou atende aos interesses da administração?

Então, eu vejo um problema muito maior do que o estopim que foi agora essa falta de metodologia adotada na sistemática de matrícula da Fundação Educacional. Vejo que isso foi só um estopim, mas há um problema de fundo, igualmente grave – eu não diria muito mais grave, mas igualmente grave –, que é excluir uma parcela grande de crianças que poderiam ter acesso à educação.

Esse é o nosso maior problema. Queremos saber quais foram os motivos reais que levaram a essa mudança de data.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito bem. Entre nós, o Dr. Paulo Binichski, também um entusiasta do debate sob o foco educacional, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, um dos proponentes do debate de segunda fase, relativo ao reajuste de mensalidade. O Dr. Paulo tem um trabalho no Ministério Público nesta seara e estava em audiência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Nós decidimos aqui, Dr. Paulo, operar a separação dos objetos, para firmar melhor a controvérsia. Então, nós enviaremos — e eu peço à Secretaria que assim o faça — as notas taquigráficas completas, embora revisadas, mas completas, não apenas a suma da ata, ao Governo do Distrito Federal, ao Conselho de Educação do Distrito Federal, ao Governo, na pessoa dos Secretários de Educação e de Governo, ao Conselho Federal de Educação para que eles saibam o que pensam os protagonistas desta comissão geral a respeito do tema. Pode ser que não mudem, mas certamente já saberão o que pensa a sociedade a respeito.

Eu quero, antes de encerrar, passar a palavra ao Dr. Paulo Binicheski. S.Exa. pode muito bem falar um pouco da fixação do objeto da comissão geral ou audiência pública que faremos acerca do que já mencionou aqui o Presidente do Sinproep, professor Rodrigo de Paula: o problema anual dos reajustes de mensalidade.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Binicheski.

SR. PAULO BINICHESKI – Deputado, boa tarde. Peço desculpas pelo atraso, mas infelizmente eu tinha um compromisso pré-agendado na promotoria e não foi possível chegar antes. Confesso que eu não sei o que foi discutido aqui, mas eu posso falar pelo trabalho da promotoria.

Todo ano a promotoria tem se deparado com questões relativas ao aumento das mensalidades escolares. Eu acho que há uma necessidade urgente de que localmente o poder público — e esta Casa me parece que tem capacidade para isso — fixe alguns parâmetros complementares à legislação nacional porque nós sabemos que... E o nobre Deputado sabe melhor do que eu essa matéria, até aprendi com S.Exa. uma explanação sobre a constitucionalidade de editar leis relativas ao direito do consumidor quando o assunto não é regulado na lei federal.

Eu acho que esta Casa pode e deve fazer um trabalho neste sentido, permita-me a sugestão, de criar algumas condições para que as escolas possam funcionar permitindo uma participação mais efetiva dos pais quando se trata da questão de fixação das mensalidades e eventuais reajustes, porque as planilhas, como manda a lei, são muito impessoais e não refletem algumas vezes a real necessidade de um aumento. E eu acho que os pais são os maiores interessados. Então, é estimular a criação de associações dos pais para participar nos rumos da escola porque a escola muitas vezes é até uma escola privada, mas é um bem público. O ensino é público. É isso. (Ininteligível.) E eu acho que esta Casa pode trabalhar no sentido de criar alguma espécie de estímulo, assim como há no nosso Código de Defesa do Consumidor, como uma das políticas nacionais das relações de consumo, o estímulo das associações civis em defesa do consumidor. Parece-me que está em perfeita consonância com relação a isso.

Então, eram essas as colocações, e tomara que com as notícias dos reajustes escolares nós não sejamos surpreendidos como já fomos no passado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2011	15h20min	82ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Deputado, obrigado pelo convite e mais uma vez peço desculpas pelo atraso involuntário.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Quero agradecer imensamente ao Dr. Paulo Binicheski, que tem sido não apenas um entusiasta da causa, mas também um partícipe estimulador da ação da sociedade civil organizada na ação de defesa do consumidor, parte hipossuficiente, inequivocamente, da relação de consumo.

Sendo certo que a segunda parte deste tema ficou como objeto específico de outra comissão ou audiência, eu peço à Secretaria que primeiramente separe a fala do Dr. Paulo Binicheski para que ela seja a provocação do debate da comissão ou da audiência que debaterá o reajuste das mensalidades. Também peço que envie, como outrora já disse, as notas taquigráficas revisadas, mas completas, àquelas entidades que mencionei.

Também quero agradecer imensamente os servidores e servidoras, assessores e assessoras, todas as pessoas sem as quais esta comissão geral não teria certamente se realizado, aqui se incluem imprensa, taquígrafos, taquígrafas, o pessoal do Cerimonial, o pessoal da organização na pessoa do Arthur, da Fernanda, da Ana Paula, da Carmem, do Olavo, do Eder. E quero agradecer muito especialmente à Dra. Maria Elda, minha colega, ao professor Clayton Batista dos Santos, ao Dr. Luís Cláudio Megiorin, parabenizando-o pela iniciativa.

Com essas palavras, declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

(Levanta-se a sessão às 17h46min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 186 – Suplemento, de 11/10/2011.